

# Os desafios brasileiros perante a Comunicação Digital

CARVALHO, Juliana Marques\*

## Resumo

O Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), desde o início tem sido amplamente discutido entre diversos pesquisadores do assunto. Apesar de implantado em 2007 não está totalmente desenvolvido, sua expansão tem se dado lentamente por todo território nacional e algumas de suas principais ferramentas, a interatividade, não se encontra completamente disponível. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo discutir as questões envolvidas na implantação do SBTVD, ou seja, as dificuldades existentes neste processo, a necessidade de elaboração de novos conteúdos para a suprir uma nova demanda que aos poucos irá surgir e o fato do sistema digital ser visto pelo governo como uma ferramenta possível para alcançar a meta de inclusão digital.

**Palavras-chave:** Televisão Digital; inclusão digital; acesso; novos conteúdos.

## 1. Introdução

A implantação de um sistema de televisão digital no Brasil tem suscitado diferentes discussões entre os pesquisadores do assunto, redes de televisão responsáveis por sua implantação e alguns setores do governo.

O começo do debate sobre o Sistema de Televisão Digital data no início da década de noventa, se estendendo por longos anos. No segundo governo de Fernando Henrique Cardoso se introduzem os estudos e os testes para verificar qual seria o melhor padrão desta TV para o Brasil. Entretanto, é no governo do Presidente Lula que esta ideia toma força e se dão as discussões entre as empresas radiodifusoras e o governo sobre a escolha do padrão a ser adotado no país, inclusive cogitando-se o desenvolvimento de um sistema nacional pelas principais universidades brasileiras para competir com os internacionais.

A decisão sobre o padrão demonstrou-se muito mais política do que técnica, já que o governo cedendo às pressões das grandes emissoras optou pelo japonês, o qual melhor atendia aos seus interesses. Desse modo, tinha-se como base o modelo japonês, misturando

---

\* Mestranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Arte e Comunicação - Unesp Campus Bauru-SP. Contato jmarquescarvalho@hotmail.com

a ele a tecnologia brasileira, até então desenvolvida. Neste processo de escolha a sociedade civil não teve uma participação ativa, ficando a margem desta definição.

A partir destas questões, este trabalho tem como objetivo discutir alguns dos principais temas relacionados com o Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Para tanto, primeiramente serão abordadas as dificuldades para sua implantação, que foi cercada de amplas discussões entre os setores interessados. Em seguida se tomarão os desafios brasileiros ante a Comunicação digital, esta que vem gerando diversas mudanças, entre elas a necessidades de desenvolvimento de conteúdos para atender a nova demanda que aos poucos vem surgindo. Além disso, o fato de a televisão digital ser vista pelo governo como uma possível ferramenta para alcançar a meta de inclusão digital.

## **2. O Sistema Brasileiro de TV Digital - SBTVD**

O início do debate sobre a televisão digital no Brasil data no começo da década de noventa, com a criação da Comissão Assessora para Assuntos de Televisão (Com-TV), cujo objetivo era analisar a TV de alta definição desenvolvida no Japão e nos Estados Unidos, discutida em âmbito internacional pela União Internacional de Telecomunicações (International Telecommunication Union, ITU). Em 1994 a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e a Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações (SET) foram as responsáveis por colocarem em pauta a implantação desse novo sistema de televisão, processo que anos mais tarde foi conduzido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), por meio de estudos sobre a TV Digital a fim de encontrar um padrão mais adequado para o país, neste momento não se tinha a intenção de desenvolver um sistema nacional.

A partir do ano 2000, ainda no governo Fernando Henrique, começaram os testes com três padrões: o americano (Advanced Television System Committee – ATSC), o europeu (Digital Video Broadcasting – DVB) e japonês (Integrate Services Digital Broadcasting – ISDB), destacando-se os dois últimos. Entretanto, foi o japonês que teve melhor desempenho, por ter uma flexibilidade para recepção de programas ou acessos a serviços, por meio de terminais fixos ou móveis.

No governo Lula algumas mudanças ocorreram com relação à implantação da TV Digital no país, entre elas a decisão de que o Brasil iria desenvolver seu próprio padrão, com a finalidade de promover a inclusão social por meio da TV e o desenvolvimento de uma indústria nacional capaz de produzir as tecnologias necessárias a esta nova realidade, “(...) evitou-se a importação tecnológica pura e simples, sem a transferência de saberes e conhecimentos externos”.(CASTRO, 2008, p.50). Em novembro de 2003 institui-se o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) por meio do decreto 4.901, que além de definir seus objetivos, determinou que este seria composto por um Comitê de desenvolvimento ligado à Presidência da República, ao qual cabia fixar as estratégias de implantação do sistema digital nos serviços de radiodifusão, planejar e acompanhar as ações para a expansão do número de pesquisas na área.

“Os objetivos do SBTVD eram ousados: promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua portuguesa por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação; planejar o processo de transição da televisão analógica para a digital, de modo a garantir a gradual adesão de usuários a custos compatíveis com sua renda; estabelecer ações e modelos de negócios para a televisão digital adequados à realidade econômica e empresarial do país; e incentivar a indústria regional e local na produção de instrumentos e serviços digitais. (Brasil, 2003)” (BRITTOS; BOLAÑO, p. 304)

Em 2006, por meio do decreto nº5.820 é definida a opção brasileira, atendendo às pressões das radiodifusoras, pelo padrão japonês ao qual é acrescentado a tecnologia brasileira, bem como as tecnologias componentes do ISDB – T (Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial), ou seja, transmissão digital em alta definição, possibilidade de transmissão para terminais fixos, móveis e portáteis, interatividade e regras para implementação da TV Digital delimitando o prazo de sete anos para que o sinal alcance todo o território nacional.

Após anos de discussões, envolvendo a escolha do melhor padrão para o país e as regras de implantação, em 2007 se dá o funcionamento oficial do sinal da TV Digital no Brasil, entretanto, algumas questões, não totalmente resolvidas, ainda norteiam os debates sobre esse sistema, tais como a não inclusão da sociedade na decisão sobre o melhor padrão

a ser seguido, o acesso que se estende a uma minoria da população e o não desenvolvimento de questões previstas no Decreto 5.820 responsável por especificar as possibilidades do SBTVD-T, entre elas a interatividade, ainda não acessível.

O estado de São Paulo é um dos que possui grande número de cidades com cobertura digital, segundo os dados divulgados pela Anatel, cerca de 72,76% da população é atendida por este sinal, a maioria das redes que o adotaram, principalmente nas cidades do interior, são afiliadas da rede globo, demonstrando mais uma vez seu grande poder de alcance. O sistema digital nestas redes se dá basicamente através da imagem de alta definição, pelo fato de a interatividade não estar disponível ainda. Esta situação se torna um entrave para uma das pretensões do governo, que é a de alcançar a meta de inclusão digital a partir da tv digital.

### **3. TV Digital Brasileira e seus desafios**

A criação do SBTVD entre outros fatores faz parte de um processo de democratização da comunicação, tanto no decreto 4.901 e 5.820 verificam-se esta tendência, porém observou-se que tais iniciativas não ocorreram na prática (PIERANTI; WIMMER, 2009).

O processo de implantação do Sistema de Televisão Digital Brasileiro foi discutido por anos entre diversos domínios, ou seja, associações radiodifusoras, setores do governo e grupos de interesses, observa-se aí que a discussão não se estendeu à sociedade como um todo. Assim, a falta de informações para a população promove diversas opiniões sobre o mesmo assunto, o que dificulta a existência de um consenso, causando uma baixa adesão ao sistema (SANTOS, 2009). Além disso, por não terem um conhecimento profundo sobre o tema, estes podem sofrer influências de outros meios ao expressarem sua preferência.

“O resultado da desinformação da sociedade acerca do assunto tem influenciado o processo de implantação da TV Digital no país, uma vez que a maior parte dos indivíduos não se sente informada o suficiente para realizar as ações necessárias para a transição”.(SANTOS, p.359, 2009)

Dados recentes divulgados pela Anatel mostram o alcance da cobertura digital nos estados brasileiros, disponível a 45,98% da população. A maioria dos estados, por menor que seja, possui uma cobertura digital principalmente nas capitais e em uma pequena parcela das cidades no interior. O estado que possui menor população atendida pelo sistema digital é o Tocantins com 20,05% e o único com 100% de cobertura é o Distrito Federal. A partir destes dados pode-se notar que, apesar de estar em funcionamento desde 2007, o sistema de televisão digital está se estendendo lentamente por todo território nacional, com um número considerável de estados, das várias regiões do país, no qual este não atingiu a metade da população.

No entanto, não é somente a baixa cobertura em algumas regiões que deve ser ressaltada, mas também a necessidade de elaboração de novos conteúdos por parte das emissoras para dar conta da demanda que surgirá com a televisão digital. Esta, quando estiver efetivamente implementada, provocará uma alteração significativa no modo de fazer televisão, pois uma das intenções desse novo sistema é promover a convergência permitindo a um conteúdo ser transmitido para diferentes mídias. Na prática, no entanto, observa-se que as radiodifusoras ainda não se interessaram no desenvolvimento destes, por sua visão estar voltada para o aspecto rentável que o sistema digital pode oferecer.

“A digitalização da radiodifusão deve ser compreendida como um dos itens de uma pauta mais ampla de convergência tecnológica, que, para além dos efeitos previsíveis de consolidação empresarial e de ofertas comerciais, é capaz de provocar importantes mudanças socioculturais relacionadas às formas como o usuário busca e compartilha informações, como interage com outros e como vivência de experiência midiática”.(PIERANTI; WIMMER, 2009, p.325-6)

A implantação do sistema de televisão digital não trará mudanças somente no formato de elaboração de conteúdos, um dos objetivos do governo é alcançar, através daquele, a meta de inclusão digital, que na sociedade atual se torna uma grande aliada para se exercer a cidadania.

O acesso às tecnologias da informação e comunicação, em um mundo caracterizado por um grande fluxo de informações disponíveis principalmente na internet, se relaciona

com o ingresso à informação, a liberdade de opinião e expressão. O indivíduo excluído digitalmente tem dificuldades em exercer seus direitos de cidadão, já que a nova tendência das empresas e do governo é transferir seus serviços para os meios eletrônicos, muitos dos serviços disponibilizados pelo governo só podem ser realizados via internet, gerando assim uma marginalização daqueles que não têm acesso a rede. A exclusão digital acaba tendo como consequência a exclusão social que dificilmente diminuirá, neste contexto em que os diferentes tipos de ações estão migrando para a rede (CARVALHO, 2008).

Neste cenário a inclusão digital não se resume somente na disponibilização de computadores com internet, mas na promoção de capacitação dos usuários para utilizá-la como uma ferramenta de acesso às informações que possibilitem o desenvolvimento educacional, social, político e intelectual do indivíduo, permitindo-o, assim, exercer sua cidadania de uma forma completa (CARVALHO, 2008; CRUZ, 2008).

“Ao incorporar a tecnologia em seu dia-a-dia, o incluído digital passa a exercer sua cidadania de forma mais efetiva, conhecendo melhor seus direitos e conquistando um meio poderoso de se comunicar. As tecnologias da comunicação e da informação, quando utilizadas de maneira eficiente, transformam-se em ferramenta de mobilização social”. (CRUZ, 2008, p.157)

No Brasil cada vez mais são realizadas ações para diminuir os números de indivíduos excluídos digitalmente, entretanto, algumas características sociais do país não permitem o seu sucesso efetivo. Entre elas, está a má distribuição de renda, a qual gera desigualdades difíceis de serem transpostas, visto que uma parcela da população, apesar de alguns incentivos do governo, ainda não possuem condições de comprar um computador. “Existem muitos obstáculos a serem vencidos para a inclusão digital no Brasil. Alguns deles dizem respeito a problemas mais básicos que levam a outra forma de exclusão social, como a má distribuição de renda e baixa taxa de escolaridade”. ( CRUZ, 2008, p.160)

Segundo dados divulgados pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (CETIC) em 2009 32% dos domicílios brasileiros tinham microcomputadores, quanto mais alta a renda familiar maior o número de lares com este equipamento, demonstrando claramente o quanto a renda está atrelada neste processo.

Entretanto, deve-se enfatizar o fato de que possuir computador em casa não é garantia de acesso à internet, em 2009 apenas 24% dos domicílios brasileiros tinham a possibilidade de utilizar a rede, o baixo número de casas com internet é uma das evidências do seu alto custo no país, principalmente a de banda larga com um dos preços mais altos do mundo.

Além da desigualdade social, um dos obstáculos para a inclusão digital são os níveis educacionais brasileiros, pois para ter o pleno acesso as tecnologias e usufruir adequadamente dos benefícios que ela pode trazer é necessário um nível educacional apropriado, o qual contribuirá para que o indivíduo não seja um mero receptor de informações, mas também produtor de um conteúdo de qualidade, possibilitando-o expressar sua realidade a fim de transformá-la (CRUZ, 2008).

“Desse modo, a rede tornou-se um espaço de debate público e, além disso, de cidadania, uma vez que o novo contexto envolve a informação como unidade motriz de funcionamento da sociedade. Assim, ter acesso ao fluxo de informações da Internet não é um luxo ou mero acréscimo à vida cotidiana, mas uma condição básica para se manter a cidadania de um indivíduo.”(CARVALHO, 2008, p.109)

Há ainda o fato de algumas comunidades mais afastadas dos grandes centros sofrerem com a ausência de infra-estrutura, em muitas o sistema de telefonia ainda não chegou, quanto mais a Internet. Isto pode ser observado nos dados divulgados pela CETIC, em 2009 apenas 12% dos domicílios rurais possuíam computador e somente 6% tinham acesso à internet, demonstrando a necessidade de políticas de inclusão nessas áreas. Enquanto o problema de acesso doméstico à Internet não é resolvido algumas iniciativas são realizadas, tais como os centros de acesso público presentes em algumas cidades do país. Em São Paulo, há o programa do governo do estado Acessa São Paulo que com parcerias com as prefeituras, centros comunitários e associações de bairros instalou pontos onde os usuários podem utilizar gratuitamente a internet atendendo um número considerável de pessoas.

O sistema de televisão digital se torna uma importante ferramenta do governo federal para a inclusão digital, pois a televisão, segundo o IBGE, está presente em 98% dos lares, um dos aparelhos de maior alcance entre a população. Castro (2008) vê como uma

possibilidade de inclusão a utilização de plataformas digitais na chamada Educação a distância (EaD). A adoção do sistema digital na EaD provocará uma mudança não só na forma de ensinar como também proporcionará diversas oportunidades para a grande maioria dos alunos; o desenvolvimento de um controle remoto com forma de teclado permitirá a escrita, tendo uma contribuição significativa neste processo. “A TV que temos em casa será utilizada também como computador – e este é o grande divisor de águas para a inclusão digital no país -, o novo controle remoto deverá ter a forma de um pequeno teclado para possibilitar a escrita”.(CASTRO, 2008, p.180).

Desse modo, a interatividade se torna uma grande aliada, pois através dela se poderá promover tanto a troca de saberes como a produção de conhecimento, transformando a relação unilateral entre professor e aluno. Entretanto, este processo não se dará de uma forma tão simples, pois há alguns entraves que contribuem para seu lento desenvolvimento, entre eles a interatividade que ainda não está disponível nos conversores vendidos atualmente, a necessidade de existência de indústrias responsáveis pela produção de conteúdos digitais e, segundo Castro (2008) a realização de uma preparação para que os professores além de saberem lidar com a nova tecnologia a utilizem corretamente como uma ferramenta de ensino.

A TV Digital está em expansão no país, aqueles que desejam ter acesso ao sistema necessitam comprar aparelhos conversores os quais não estão com um preço acessível, ou então adquirir televisores com o conversor integrado, geralmente aparelhos de lcd, plasma e led também com um custo elevado, o que pode reforçar ainda mais a exclusão. Muitos acreditam que o celular seria a melhor ferramenta a ser utilizada para inclusão digital, desse modo, destaca-se mais um desafio a ser vencido pelo sistema de televisão digital, ou seja, o desenvolvimento de tecnologias que atendam a população em suas necessidades e os objetivos estabelecidos pelo governo, principalmente na inclusão digital, que permitirá às pessoas não simplesmente o acesso à informação, mas também um modo de exercer sua cidadania, desempenhando, desse modo, um papel efetivo na sociedade.

### **Considerações Finais**



O Sistema de Televisão Digital Brasileiro desde o início de sua implantação suscitou discussões nos grupos de interesses, à sociedade civil foi relegado um papel mínimo de intervenção no processo de decisão de qual seria o melhor padrão para as necessidades brasileiras, a falta de informações foi um dos fatores que provocou a baixa adesão ao sistema quando este foi implantado.

A definição do padrão a ser adotado demonstrou-se uma decisão mais política do que técnica, já que o governo, em um ano eleitoral, acatou as pressões realizadas pelas empresas radiodifusoras, que contavam com o apoio do então ministro Hélio Costa. Apesar das pesquisas nas universidades brasileiras com o intuito de desenvolver um sistema brasileiro, estas foram somente acrescentadas ao escolhido padrão japonês, o qual se mostrou muito mais adequado aos interesses das grandes emissoras de tv, que viram nele a possibilidade de transmitir sua programação em diferentes mídias sem a interferência das redes de telefonia e sem a necessidade de novos canais para transmissão. A implantação do Sistema brasileiro de Televisão Digital não contestou o poder das empresas radiodifusoras, não abriu espaço para novas licitações de canais permitindo que elas mantivessem seu domínio sem novas concorrências.

A intenção do governo com o SBTVD além de promover a democratização dos meios de comunicação é utilizar esse sistema para alcançar a meta de inclusão digital, já que a televisão é o aparelho com a maior taxa de presença nos lares brasileiros. No entanto, este percurso não se mostra tão fácil de ser atingindo, pois há a necessidade de desenvolvimento de tecnologias específicas, tais como a interatividade, ainda não disponível, além disso, os conversores devem ter um preço acessível para que todos tenham condições de adquiri-lo.

A inclusão digital vai muito além do desenvolvimento de tecnologias, é preciso que os indicadores sociais sejam levados em conta, são necessárias políticas que diminuam a concentração de renda, que no país é muito alta, desenvolvam os índices educacionais da população, para que esta tenha a possibilidade de usufruir dos benefícios que a tecnologia traz, alterando sua realidade positivamente, para daí romperem de uma forma consciente o isolamento provocado por essa exclusão, e exercer de um modo pleno sua cidadania.

## Referências

ANGELUCI, A. C. B. **Produção de conteúdos na era digital: a experiência do “Roteiro do dia”**. 2010. 109f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2010.

BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. Televisão Digital, convergência e transição tecnológica no Brasil. In: SQUIRRA, S.; FECHINE, Y. (Orgs.). **Televisão Digital**. Livro da Compôs. – 2009. Porto Alegre: Sulina, 2009.

CARVALHO, J. M. de. Cidadania online: das iniciativas de inclusão aos desafios da gestão. In: SARAVIA, E.; MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. (Orgs.). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

CASTRO, C. TV digital e EaD: uma parceria perfeita para a inclusão social. In: FILHO, A. B.; CASTRO, C. **Comunicação digital: educação, tecnologia e novos comportamentos**. São Paulo: Paulinas, 2008

CASTRO, C. TV digital: da indústria de conteúdos à busca de novos paradigmas. In: FILHO, A. B.; CASTRO, C. **Comunicação digital: educação, tecnologia e novos comportamentos**. São Paulo: Paulinas, 2008

Cobertura da Tv Digital no Brasil. Disponível em:

<<http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=258272&assuntoPublicacao=Popula%E7%E3o%20alcan%E7ada&caminhoRel=null&filtro=1&documentoPath=258272.pdf>> Acesso em 05/05/2011

CRUZ, R. **Tv digital no Brasil: tecnologia versus política**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

Dados relativos ao número de domicílios com computador. Disponível em:

<<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2009-total-brasil/rel-geral-04.htm>> Acesso em 05/05/2011

Dados relativos ao número de domicílios com acesso a Internet. Disponível em:

<<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2009-total-brasil/rel-geral-01.htm>> Acesso em 05/05/2011

Decreto nº 4.901, de 26 de novembro de 2003. Institui o Sistema Brasileiro de televisão digital SBTVD, e outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4901.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4901.htm)> Acesso em 28/04/2011

Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006. Sobre a implantação SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição para o sistema digital do serviço de radiodifusão, de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão e outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm)> Acesso em 28/04/2011

MOTA, R. Novos formatos para a TV Digital no Brasil. In: SQUIRRA, S.; FECHINE, Y. (Orgs.). **Televisão Digital**. Livro da Compôs. – 2009. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PIERANTI, O. P.; WIMMER, M. Revisando a televisão: definições, desafios e novos caminhos em tempos de digitalização. In: SQUIRRA, S.; FECHINE, Y. (Orgs.). **Televisão Digital**. Livro da Compôs. – 2009. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SANTOS, A. C. O. dos. A implantação da tv digital no Brasil: pseudoinclusão, ausências de interatividade e pouca aceitação pela sociedade. In: SQUIRRA, S.; FECHINE, Y. (Orgs.). **Televisão Digital**. Livro da Compôs. – 2009. Porto Alegre: Sulina, 2009.